

# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar	Emenda nº 6 – Plen (Substitutivo)
	<p><b>Dispõe</b> sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação.</p>	<p>Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para <b>dispor</b> sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação; a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar os órgãos de representação judicial dos entes federados a requisitar informação a entidades e órgãos públicos ou privados; a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para permitir que a Advocacia-Geral da União, seus órgãos vinculados e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional requisitem informações protegidas por sigilo.</p>
		O CONGRESSO NACIONAL decreta:
<p><b>Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964</b></p>	<p><b>Art. 1º</b> Inclua-se na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o seguinte artigo 39-A:</p>	<p><b>Art. 1º</b> Inclua-se na <a href="#">Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964</a>, o seguinte art. 39-A:</p>
<p><b>Art. 39.</b> Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.</p> <p>.....</p> <p>§ 5º - A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.</p>		
	<p>“<b>Art. 39-A.</b> É permitido aos entes da <b>f</b>ederação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado.</p>	<p>"<b>Art. 39-A.</b> É permitido aos entes da <b>F</b>ederação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado e <b>f</b>undos de investimento regulados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.</p>
	<p>§ 1º Para gozar da permissão de que trata o <i>caput</i>, a cessão deverá observar as características e os limites seguintes:</p>	<p>§ 1º Para gozar da permissão de que trata o <i>caput</i>, a cessão deverá observar as características e os limites seguintes:</p>



# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar	Emenda nº 6 – Plen (Substitutivo)
	I – não modificar a natureza do crédito que originou o direito creditório objeto da cessão, o qual manterá suas garantias e privilégios;	I – não modificar a natureza do crédito que originou o direito creditório objeto da cessão, o qual manterá suas garantias e privilégios;
	II – não alterar as condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento, nem transferir a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originadores, que permanece com os órgãos que detenham essa competência;	II – não alterar as condições de pagamento, critérios de atualização e valores do montante, principal, juros, multa e data de vencimento, nem transferir a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originadores, que permanece com os órgãos que detenham essa competência;
	III – corresponder a operações definitivas e que não acarretem para o cedente a responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro; e	III – corresponder a operações definitivas que não acarretem para o cedente, inclusive as entidades que integram a administração pública indireta, a responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte, de assunção direta de compromisso, de confissão de dívida ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro;
	IV – compreender apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e recair somente sobre o produto de créditos tributários cujo fato gerador já tenha ocorrido e créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos, e reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.	IV – compreender apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e recair somente sobre o produto de créditos tributários cujo fato gerador já tenha ocorrido e créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos, e reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento;
		V – estar previamente autorizada pelo Ministro de Estado da Fazenda, no caso de cessão de direitos creditórios da União, ou, no caso dos demais entes, pelo Chefe do Poder Executivo correspondente;
		VI – não se realizar nos cento e vinte dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, salvo se a liquidação financeira da cessão ocorrer após o fim desse período; e
		VII – a cessão definitiva dos direitos creditórios será condicionada ao pagamento prévio, única e



# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar	Emenda nº 6 – Plen (Substitutivo)
		exclusivamente em dinheiro, por parte do adquirente.
		§ 2º A cessão de direitos creditórios originados de parcelamentos administrativos não inscritos em dívida ativa fica limitada ao estoque de créditos existentes até a data de publicação da respectiva lei federal, estadual, distrital ou municipal que conceder a autorização legislativa para a operação.
		§ 3º A cessão de direitos creditórios preservará a base de cálculo das vinculações constitucionais no exercício financeiro em que o contribuinte efetuar o pagamento.
		§ 4º A cessão de direitos creditórios não poderá abranger percentuais do crédito que, por força de regras constitucionais de repartição, pertenceriam a outros entes da Federação e a fundos constitucionais.
	§ 2º As cessões realizadas nos termos deste artigo não caracterizam operação de crédito nos termos definidos na Lei Complementar nº 101, de 2000.”	§ 5º As cessões de direitos creditórios realizadas nos termos deste artigo não se enquadram nas definições de que tratam os arts. 29, III e IV, e 37 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e devem ser consideradas receitas de capital provenientes de operação de venda definitiva de patrimônio público, subordinando-se ao disposto no art. 44 daquela Lei.
		§ 6º Observado o disposto no § 5º, a receita de capital decorrente da venda de ativos de que trata esta lei complementar será aplicada:
		I – no mínimo 70% (setenta por cento) no aporte em fundos de previdência referentes aos regimes próprios de cada ente federado para manutenção do seu equilíbrio atual ou na amortização da dívida pública fundada; e
		II – até 30% (trinta por cento) em despesas com investimentos.
		§ 7º É vedada à instituição financeira que seja controlada pelo ente público que seja o emissor dos direitos creditórios a que se refere este artigo:



# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar	Emenda nº 6 – Plen (Substitutivo)
		I – participar de operação de aquisição primária dos direitos creditórios emitidos por tal ente;
		II – adquirir tais direitos no mercado secundário; e
		III – realizar qualquer operação que seja lastreada por tais direitos creditórios.
		§ 8º O ente que ceder os direitos creditórios não participará, direta ou indiretamente, do capital social da pessoa jurídica de direito privado a que se refere o caput, mesmo que se trate de sociedade de propósito específico.”
TÍTULO V Dos Créditos Adicionais		
<b>Art. 40.</b> São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.		
<b>Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional)</b>		<b>Art. 2º</b> Os arts. <a href="#">174</a> , <a href="#">198</a> e <a href="#">199</a> da <a href="#">Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional</a> , passam a vigorar com as seguintes modificações:
<b>Art. 174.</b> A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.		" <b>Art. 174</b> .....
Parágrafo único. A prescrição se interrompe:		Parágrafo único. ....
I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;		.....
II - pelo protesto judicial;		II – pelo protesto judicial <b>ou extrajudicial</b> ;
.....		....." (NR)
<b>Art. 198.</b> Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.		" <b>Art. 198</b> .....
.....		.....



# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar	Emenda nº 6 – Plen (Substitutivo)
§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:		
		§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 197, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados, no exercício de atividades da Administração Tributária, poderão requisitar aos órgãos ou entidades, públicos ou privados, que por obrigação legal operem cadastros, registros ou controle de operações de bens e direitos, informações sobre a localização do sujeito passivo ou sobre a existência de bens e direitos ou outras informações relevantes ao desempenho de suas funções institucionais.
		§ 5º Aos órgãos de advocacia pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito dos respectivos entes, aplica-se o disposto no § 4º.” (NR)
<b>Art. 199.</b> A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.		“ <b>Art. 199</b> .....
Parágrafo único. A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.		§ 1º A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
		§ 2º O disposto no <i>caput</i> estende-se aos órgãos de advocacia pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (NR)
<b>Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</b>		<b>Art. 3º</b> <a href="#">O art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 3º</b> Serão prestadas pelo Banco Central do Brasil,		"Art. 3º .....



# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar	Emenda nº 6 – Plen (Substitutivo)
pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas instituições financeiras as informações ordenadas pelo Poder Judiciário, preservado o seu caráter sigiloso mediante acesso restrito às partes, que delas não poderão servir-se para fins estranhos à lide.		
.....		.....
§ 3º Além dos casos previstos neste artigo o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários fornecerão à Advocacia-Geral da União as informações e os documentos necessários à defesa da União nas ações em que seja parte.		§ 3º Além dos casos previstos neste artigo, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) fornecerão à Advocacia-Geral da União, seus órgãos vinculados e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional as informações e os documentos necessários à defesa dos interesses da fazenda pública em juízo.
		§ 4º As informações e documentos de que tratam o § 3º deste artigo poderão ser fornecidos mediante o compartilhamento de bases de dados ou acesso direto aos sistemas informatizados." (NR)
		<b>Art. 4º</b> A <a href="#">Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</a> , passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:
<b>Art. 6º</b> As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente. .....		
		"Art. 6º-A Mediante requisição escrita, as instituições financeiras prestarão à Advocacia-Geral da União, seus órgãos vinculados e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, preferencialmente de maneira



# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 – Complementar	Emenda nº 6 – Plen (Substitutivo)
		eletrônica, as informações descritas no § 1º do art. 5º e no art. 6º desta Lei Complementar, quando houver processo administrativo instaurado para apuração de responsabilidade tributária ou para localização de bens e direitos em nome do sujeito passivo inscrito em dívida ativa, respeitado, em todo caso, o parágrafo único do art. 6º desta Lei Complementar."
<p><b>Art. 7º</b> Sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 2º, a Comissão de Valores Mobiliários, instaurado inquérito administrativo, poderá solicitar à autoridade judiciária competente o levantamento do sigilo junto às instituições financeiras de informações e documentos relativos a bens, direitos e obrigações de pessoa física ou jurídica submetida ao seu poder disciplinar.</p> <p>.....</p>		
		<p><b>Art. 5º</b> O prazo de que trata o inciso VI do § 1º do art. 39-A da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na redação dada por esta Lei, só se aplica a partir do exercício financeiro de 2017.</p>
	<p><b>Art. 2º</b> Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p><b>Art. 6º</b> Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.</p>

